

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 165

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltoninho Pupio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
22 DE NOVEMBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strappasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 028/2000

Curitiba, 17.11.2000.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando modificar dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Esclarecimentos quanto à convivência e oportunidade na adoção da medida consubstanciada no anteprojeto de lei em referência, estão contidos na adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pelo secretário de Estado da Fazenda, através do protocolado sob nº 4.529.247-9:

“Em face da necessidade de atualização da Lei nº 11.540, de 14 de novembro de 1996, em decorrência de alterações legais relativas ao ICMS (Lei Complementar nº 102/2000 e Resolução do Senado nº 95/96) e outras providências que se fazem necessárias, propõe-se as seguintes alterações:

- Art. 1º - equaliza a carga tributária na prestação de serviço de comunicação à praticada nas outras unidades federadas;

- Art. 2º - nos termos do artigo 155, § 2º, inciso IV da Constituição Federal, implementa a Resolução do Senado nº 95/96, que estabeleceu a alíquota de 4% na prestação de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal;

- Art. 3º - nos termos da Lei Complementar nº 102/2000, procede a adequação na forma de recolhimento do imposto nas prestações de serviços de telecomunicações não medidos envolvendo localidades situadas em diferentes unidades federadas, nos casos de prestação onerosa de serviço de comunicação;

- Art. 4º e 8º - alteram o regime de compensação do ICMS, no que tange à entrada de bens do ativo permanente e de energia elétrica e à aquisição de serviços de comunicação, em observância à Lei Complementar nº 102/2000 e ao artigo 11 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

- Art. 5º - nos termos da Lei Complementar nº 102/2000, altera a sistemática de apuração centralizada do imposto;

- Art. 6º - dispõe que a atualização monetária dos créditos tributários será efetuada utilizando o Fator de Conversão e Atualização Monetária - FCA, tendo em vista a extinção da UFIR por meio da Medida Provisória, 1.973-67, de 26 de outubro de 2000;

- Art. 7º - autoriza o cancelamento de créditos tributários, no caso de o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais ter proferido decisão final e irreformável, por mais de uma vez, sobre a mesma matéria, de forma favorável ao mesmo sujeito passivo da obrigação tributária, a fim de evitar a inócua inscrição de débitos em Dívida Ativa.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A alínea “I” do inciso I do artigo 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - prestações de serviços de comunicação.”

Art. 2º - Fica acrescentado o inciso III ao artigo 15 da Lei nº 11.580/96, com a seguinte redação:

“III - 4% (quatro por cento) na prestação de serviço de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal (Resolução do Senado nº 95/96).”

Art. 3º - A alínea “c” do inciso III do artigo 22 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se a alínea “d” ao referido inciso e o § 8º ao mencionado artigo:

“c) o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite (Lei Complementar nº 102/2000);

d) onde seja cobrado o serviço, nos demais casos;

...

§ 8º - Na hipótese do inciso III, tratando-se de serviços não medidos, que envolvam localidades situadas em diferentes unidades federadas e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, o imposto devido será recolhido em partes iguais para as unidades federadas onde estiverem localizados os prestador e o tomador (Lei Complementar nº 102/2000).”

Art. 4º - O § 4º do artigo 24 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe os § 6º e 7º:

“§ 4º - Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado (Lei Complementar nº 102/2000):

a) a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

b) em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata a alínea anterior, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;

c) para aplicação do disposto nas alíneas “a” e “b”, o montante do crédito a ser apropriado será obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator

igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações com destino ao exterior;

d) o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, *pro rata* dia, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;

e) na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o credenciamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;

f) serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no artigo 23, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, para aplicação do disposto nas alíneas “a” a “e” deste parágrafo;

g) ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

...

§ 6º - A entrada de energia elétrica no estabelecimento dá direito a crédito somente quando (Lei Complementar nº 102/2000):

a) for objeto de operação de saída de energia elétrica;

b) consumida no processo de industrialização;

c) seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais.

§ 7º - Somente dá direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento (Lei Complementar nº 102/2000):

a) ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza;

b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais.”

Art. 5º - O § 5º do artigo 25 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º - A empresa poderá optar por efetuar a apuração centralizada do imposto devido em operações ou prestações realizadas por seus estabelecimentos localizados neste Estado, na forma regulamentada pelo Poder Executivo (Lei Complementar nº 102/2000).”

Art. 6º - O § 1º do artigo 37 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º - Para os efeitos deste artigo, utilizar-se-á a variação do valor do Fator de Conversão e Atualização Monetária, FCA, ou outro índice que preserve adequadamente o valor real do imposto, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.”

Art. 7º - Fica acrescentada a alínea “d” ao inciso XIV do artigo 56 da Lei nº 11.580/96, com a seguinte redação:

“d) os critérios tributários serão cancelados, com observância do disposto em decreto do Poder Executivo, no caso de o Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais ter proferido decisão final e irreformável, por mais de uma vez, sobre a mesma matéria, de forma favorável ao mesmo sujeito passivo da obrigação tributária, comprovado por certidão do referido órgão.”

Art. 8º - O artigo 65 da Lei nº 11.580/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 65 - Na aplicação do artigo 24 e dos incisos I a III e § 1º do artigo 27, dará direito a crédito (Lei Complementar nº 102/2000):

I - a entrada de energia elétrica e o recebimento de serviço de comunicação, nas hipóteses não elencadas, respectivamente, nos §§ 6º e 7º do artigo 24, e a entrada de mercadoria destinada ao uso ou consumo do estabelecimento, a partir das datas previstas no inciso I, na alínea “d” do inciso II e na alínea “c” do inciso IV, do artigo 33 da lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, observadas as alterações posteriores;

II - a entrada, a partir de 01.11.96, de mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento.”

Art. 9º - Ficam revogados o inciso II do § 1º e os §§ 4º a 8º do artigo 29 da Lei nº 11.580/96.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13.12.1996, em relação ao artigo 2º; 1º.08.2000, em relação aos artigos 3º e 5º; 26.10.2000, em relação ao artigo 6º; 01.01.2001, em relação aos artigos 1º, 4º, 8º e 9º; e da data da publicação, em relação aos demais dispositivos.

À Diretoria Legislativa.

Ofício:

Sob o nº 330/2000, do senhor Sydney Dittrich Zappa, presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, que altera o Código de Organização e Divisão Judiciárias criando oito (08) cargos de desembargador, vinte (20) cargos de juiz do Tribunal de Alçada e doze (12) cargos de juiz de Direito Substituto em segundo grau. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2255

Senhor Presidente.

O deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, um voto de profundo pesar pelo faleci-

mento do senhor Afonso Franciscato, ocorrido em 04 de novembro do corrente ano, no município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2207

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações à Vara de Execuções Penais, pela inauguração de sua nova sede.

Sala das Sessões, em 20.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Vara de Execuções Penais de Curitiba inaugurou sua nova sede.

As Varas foram responsáveis, este ano, pela entrada de 1.440 presos e 2.080 alvarás de soltura no sistema penitenciário de Curitiba e região metropolitana.

As VEPs (como são chamadas as Varas de Execuções Penais) são a continuidade do trabalho do Fórum Criminal. Elas executam as remoções dos presos, liberam as transferências para regimes abertos e semi-aberto, liberdade condicional e são responsáveis pela fiscalização dos presídios da região. Cerca de 90 funcionários trabalham no local, entre eles, três juízes, três promotores e três escrivães.

Esta nova sede ocupa um prédio de seis andares, com área total de 2,1 mil metros quadrados. O edifício tem 36 salas e garagem para 20 veículos e a mudança deu-se em função do crescimento do número de funcionários concursados ao longo dos anos.

Pela inauguração da nova sede, receba a Vara de Execuções Penais de Curitiba (Avenida João Gualberto, 740, Juvevê), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2209

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações ao doutor Antonio Martellozzo, por ter sido escolhido como juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O doutor Antonio Martellozzo foi escolhido recentemente como novo juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

O novo juiz vai ocupar a vaga deixada pelo doutor Bonejos Demchuk, promovido a desembargador.

Nascido no município paranaense de Sertãoópolis, ele formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná e ingressou na magistratura no ano de 1972. Atuou nas comarcas de Pato Branco, Clevelândia, Peabiru, Maringá e Curitiba.

Pela merecida escolha como juiz do Tribunal de Alcáda do Paraná, receba o doutor Antonio Martellozzo, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2256

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações à jornalista Juril Carnasciali pelo lançamento do livro “De Plácido e Silva, O Iluminado”, sobre a vida e obra de seu pai, Oscar Joseph de Plácido e Silva.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A jornalista Juril Carnasciali, atualmente colunista do jornal Gazeta do Povo, organizou todas as informações disponíveis sobre a vida e obra de seu pai, o empresário paranaense de comunicação Oscar Joseph de Plácido e Silva. Fundador do jornal Gazeta do Povo, De Plácido e Silva participou intensamente da vida política paranaense, especialmente nos empreendimentos culturais e de literatura que envolviam toda a sociedade paranaense.

Dotado de profunda dedicação à literatura, veiculava em seu jornal críticas, crônicas e relatos do cotidiano. Preciosidade em termos de documento histórico, todo o pensamento do jornalista está reunido numa obra, organizada pela filha, que rende as nossas homenagens a este homem que sempre esteve à frente de seu tempo.

A iniciativa de Juril, que em seu próprio trabalho diário também segue os passos de seu pai, merece nossa homenagem e o reconhecimento de sua importância para as futuras gerações.

REQUERIMENTO Nº 2258

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de congratulações à Associação Paranaense do Diabético pela passagem do Dia Mundial do Diabético, comemorado no último dia 14 de novembro.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O diabetes está merecendo das autoridades de saúde de todo o mundo uma política de esclarecimento junto à população sobre o diagnóstico, tratamento e qualidade de vida para os portadores da enfermidade. O Dia Mundial do Diabético foi instituído para desmistificar a doença, já tida como a epidemia do século.

Cerca de 10% da população brasileira desenvolve o diabetes. No Paraná, a Associação Paranaense do Diabético possui mais de 5 mil filiados, prestando um

serviço voltado ao esclarecimento e apoio ao diabético e seus familiares. Com uma atuação efetiva junto à comunidade, a Aspadí vem se tornando de suma importância para este percentual da população. Por tamanha importância, propomos a presente homenagem como forma de incentivar o trabalho desenvolvido pela associação.

REQUERIMENTO Nº 2260

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações pelo transcurso, hoje, do 9º aniversário do jornal Gazeta do Paraná, dando-se ciência deste requerimento ao senhor Marcos Formighieri, diretor do referido diário, à rua Fortunato Bebbler, 868, em Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Sobejamente conhecida pelos nobres parlamentares, a Gazeta do Paraná situa-se atualmente entre os três maiores e mais respeitados jornais do Estado do Paraná, dispensando uma justificativa mais extensa para a propositura e aprovação deste voto de congratulações.

Queremos, portanto, nos unirmos ao grande número de leitores e amigos da Gazeta do Paraná, manifestando cumprimentos ao empresário Marcos Formighieri, como também a toda valorosa equipe do referido periódico, formulando sinceros votos de continuidade na trilha do sucesso.

REQUERIMENTO Nº 2262

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao Clube Malutron, pela conquista do título de Campeão do Módulo Verde/Branco, classificando-se para as finais da Copa João Havelange.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento, ao presidente e ao técnico do Malutron, Joarez J. Malucelli e Amaury Knevez, respectivamente, em São José dos Pinhais-PR, Rodovia BR-277, Km 05, nº 319, Bairro Santo Inácio, CEP 80200-010.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Com apenas três anos de vida profissional, o Malutron entra para a história do futebol nacional, conquistando o Módulo Verde/Branco da Copa João Havelange e classificando-se para a disputa do título nacional.

Nossos parabéns à diretoria, técnico e a todo plantel de jogadores pelo empenho, com os melhores votos de sucesso na próxima etapa.

REQUERIMENTO Nº 2261

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao Paraná Clube, pela conquista do título de Campeão do Módulo Amarelo, classificando-se para as finais da Copa João Havelange.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento, ao senhor Enio Ribeiro de Almeida e ao senhor Eugênio Machado Santos (Geninho), respectivamente, presidente e técnico do Paraná Clube, à Avenida Presidente Kennedy nº 2377 (CEP 80610-010), nesta capital.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Apesar de ter sido rebaixado à segunda divisão no campeonato brasileiro em 1999, o Paraná Clube não esmoreceu e, com muito trabalho e muita garra, conseguiu conquistar o título de campeão do Módulo Amarelo, classificando-se para as finais da Copa João Havelange.

Assim, entendemos justa e meritória a homenagem que aqui propomos, manifestando nossos parabéns à diretoria, ao técnico e à equipe de jogadores, com os votos de sucesso na nova fase do campeonato.

REQUERIMENTO Nº 2263

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao Clube Atlético Paranaense, pela classificação para a próxima fase da Copa João Havelange.

Requer, ainda, que se dê ciência deste requerimento, ao senhor Ademir Adur e ao senhor Antonio Lopes, respectivamente, presidente e técnico do Atlético Paranaense, à Rua Engenheiro Rebouças nº 3.113, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Apesar da derrota na última partida, o que o impediu de ficar entre os quatro primeiros classificados, o Atlético Paranaense desenvolveu uma boa campanha na primeira fase, conseguindo classificar-se para as finais da Copa João Havelange, o que o faz merecedor de voto de congratulações e do nosso incentivo, na certeza de que certamente se empenhará na conquista do título final.

REQUERIMENTO Nº 2270

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vico Anton Sekner e Diamantina Alves Sekner, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2271

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal César Roberto Pedrozo e Odiléia Pedrozo, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2273

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à chapa "11 de Agosto", vencedora das eleições da OAB-PR.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Em data de ontem ocorreram as eleições da seção paranaense e das subseções municipais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

No Paraná, com 5.322 votos, o jurista José Hipólito Xavier da Silva foi eleito o novo presidente da Ordem. Este resultado não inclui votos dos advogados da região metropolitana e do interior do Estado. José Hipólito era candidato único, concorrendo pela chapa "11 de Agosto" que é representante da situação. Ele assume por um mandato de 3 anos.

Para a subseção de Curitiba foi escolhido o candidato Renato Kanayama, também da chapa "11 de Agosto". Ele recebeu 4.411 votos contra 2.258 do adversário.

Na capital e região metropolitana a eleição foi totalmente eletrônica. Cerca de 250 funcionários e colaboradores participaram do processo, que foi tranquilo.

Pela vitória nas eleições da Ordem dos Advogados do Brasil, receba a chapa "11 de Agosto" (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR - Av. Cândido de Abreu, 535 - Centro - Curitiba) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2274

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Banda de Música da Polícia Militar, pela comemoração do Dia do Músico.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Através da Banda de Música da Polícia Militar estamos homenageando todos os músicos do Paraná.

A Banda de Música da Polícia Militar foi fundada em 1857 pelo então presidente do Paraná - Zacarias de Góes e Vasconcelos e para dirigí-la foi convidado o cidadão paranguara maestro Antonio Bento de Menezes.

A primeira apresentação da Banda da PMPR deu-se no ano de 1860, por ocasião dos festejos comemorativos à Emancipação Política do Paraná, que comemorava 07 anos em 19 de dezembro daquele ano.

De lá para cá muitos foram os ilustres que passaram pela chefia da Banda de Música da Polícia Militar. Atualmente ela é conduzida pelo 2º tenente PM músico Paulo Kühn, que iniciou sua carreira militar em 1984. Ele tem conduzido a banda com extrema dedicação e brilhantismo, procurando cada vez mais elevar o nível artístico desta centenária unidade musical.

A Banda de Música da Polícia Militar tem por finalidade principal dar atendimento às mais diversas solicitações de nossa sociedade, bem como às solenidades cívicas e militares que tenham relacionamento com autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Somente durante o ano de 1999 a Banda de

Música da Polícia Militar apresentou para mais de 192.000 pessoas.

A banda gravou recentemente um CD com os mais diversos estilos musicais, incluindo hinos cívicos e canções de consagração popular.

Pelo brilhante trabalho que vem realizando a Banda de Música da Polícia Militar, através da qual homenageamos todos os músicos do Paraná, receba o tenente PM músico Paulo Kühn (Av. Marechal Floriano, 1401 - Centro - Curitiba), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2277

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à revista Divulgação, à passagem do seu 10º aniversário. Fundada em 21 de novembro de 1990, a revista circula mensalmente proporcionando aos seus leitores notícias cuidadosamente selecionadas, com destaque para o cenário político estadual.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao seu presidente Alfeu Cezarini, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Nilo Peçanha, 1837, CEP 80520-000, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2278

Senhor Presidente.

O deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em ata da sessão de hoje votos de congratulações à Senhora Nordélia Castello Branco Gradowski, primeira brasileira presidente da Soroptimist Internacional of América, eleita em julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Pela primeira vez, após quase 80 anos de existência do Soroptimist Internacional of América, uma mulher brasileira e paranaense assume o cargo de presidente nessa Organização.

A senhora Nordélia Castello Branco Gradowski, é empresária da área educacional, professora, mora em Curitiba há 45 anos e é soroptimist há 26 anos.

A Soroptimist é uma organização mundial, não governamental com representação na ONU, UNESCO, ECOSOC, UNIFEM e UNICEF, formado por mulheres profissionais e executivas que trabalham em projetos de serviço para o avanço dos direitos humanos e destaque profissional da mulher.

Contando com o apoio dos nobres pares, requer seja expedida correspondência à senhora Nordélia Cas-

tello Branco Gradowski, residente à Rua Bruno Filgueira, nº 342 - 4º andar - Batel - CEP: 80.240-220 - Curitiba-Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2257

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de voto de louvor ao presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, deputado estadual Nelson Justus, pela conquista do prêmio “Personalidade AECIC” - Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba”.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA

O presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, deputado Nelson Justus, foi agraciado pelo prêmio “Personalidade AECIC”, pelo trabalho empreendedor em prol do desenvolvimento econômico do Paraná. A ação do parlamentar, enquanto presidente desta Casa de Leis, tem merecido elogios de vários segmentos da sociedade, atraindo empresas e gerando empregos e renda para significativa parcela da comunidade.

Empresário do setor da construção civil, Justus tem dedicado suas energias quase duas décadas ao setor público, participando das importantes decisões que transformaram o perfil econômico do Paraná. Empreendedor por natureza, Justus agora é homenageado, com justiça, pela Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, trazendo mais orgulho para os nossos pares nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2264

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no bairro Jardim Guaraituba, mais especificamente na Rua Campo Mourão e proximidades, principalmente à noite.

O pedido está sendo feito pelos moradores, tendo em vista que o local encontra-se sem segurança, facilitando a ação dos assaltantes e desocupados.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2265

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no bairro Vila Verde

V - CIC, mais especificamente na Rua Ari Sperotto e proximidades, nos finais de semana, no período noturno.

Ocorre que muitos desocupados e usuários de drogas ficam até altas horas fazendo algazarras, não deixando os moradores dormirem, além ainda do perigo de outros acontecimentos mais graves que possam praticar, pondo em risco a segurança de toda a comunidade. Os moradores encontram-se muito apreensivos, pois alguns desses desocupados já foram presos por praticarem atentados contra a população e agora estão em liberdade, desta forma causando perturbação e medo para as pessoas.

Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2266

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, no sentido de atender o pedido da senhora Elia Potuk, residente à Avenida Afonso Camargo nº 2125, Ap. 62 - bairro Cristo Rei, que pede a reconstrução do muro de proteção da ponte do Rio Vossoroca, sita na BR 376, na barragem da Represa do Rio Vossoroca. Segundo ela, o muro encontra-se todo danificado devido aos vários acidentes que ocorrem no local, muitos deles com morte de pessoas, que poderiam ser evitadas se o muro estivesse em perfeitas condições.

A sinalização também necessita ser reforçada imediatamente, sendo que durante o dia já é deficiente, piorando ainda mais à noite. Trata-se de um local muito perigoso, com curva acentuada e que necessita dos melhoramentos acima citados o mais breve possível. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 363-7936.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2267

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Gerônimo Alberti, que abrange os bairros Jardim Georgina, Mediterrâneo, Ana Rosa e santa Tereza, os quais pedem a implantação de 10 (dez) postes de iluminação pública na rua em que residem.

Afirmam eles que a referida rua é a única que serve de passagem para todos os locais acima citados, porém a mesma encontra-se repleta de mato dos dois lados e muito escura à noite. Anexo seguem cópias das faturas de energia de vários moradores da rua, comprovando que eles pagam a taxa de iluminação pública, mas não dis-

põem do benefício. Pedem eles o atendimento do presente o mais breve possível, tendo em vista que à noite o local é muito perigoso devido à falta da iluminação.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2268

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Edgar Alberto Tiemann - bairro Tanguá - Jardim Vitória, que pedem reparos nas ruas por onde passa o ônibus das linhas Tanguá e Vila Marta, devido as mesmas encontrarem-se intransitáveis. Quando chove, o ônibus da linha Vila Marta não consegue passar pelo Jardim Vitória face à formação de muita lama e buracos.

É necessário a implantação de anti-pó nessas ruas e não somente a passagem da máquina, como a prefeitura tem feito ultimamente. Será um grande benefício para toda a comunidade o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2269

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Jardim Itaipú, os quais pedem a limpeza de um terreno sito à Travessa Ana Néri, em frente ao nº 62, tendo em vista o mesmo encontrar-se muito sujo, servir de depósito de animais mortos que exalam um mau odor insuportável e também por ser local de encontro de desocupados e usuário de drogas.

Além do problema relacionado com a saúde dos moradores face aos animais mortos, não há segurança no local devido a presença dos citados desocupados e drogados. Desta forma, pede-se a limpeza o mais breve possível. Vários pedidos já foram feitos diretamente à Prefeitura, porém sem sucesso. Será um grande benefício para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2275

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Wilson Justus Soares, digníssimo secretário de Estado em exercício dos Transportes, solicitando informações sobre o cronograma de execução de obras previstas nos programas Caminhos da

Educação e da Produção e Adequação de Estradas Rurais, dos Orçamentos do Estado do Paraná, exercícios de 1.999 e 2.000.

Requeiro, sejam especificadas as obras iniciadas, retomadas, executadas total ou parcialmente, a extensão total realizada e os valores pagos em cada município, as modalidades de licitação e a especificação dos objetos das referidas obras, a relação de obras paralisadas, pendentes e ainda as autorizadas e não executadas.

Justifica-se tal solicitação de informações para que esta Casa Legislativa conheça a situação real da execução de obras dos referidos programas nos exercícios de 1999 e 2000 do Estado do Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 2276

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e depois de ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente à Ilustríssima senhora Denise Margareth Oldenburg Bascal, Digníssima diretora-presidente do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, solicitando informações sobre o procedimento licitatório nas obras de construção/ampliação de escolas executadas, na Região Metropolitana de Curitiba, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID, através do Programa de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Estado do Paraná - Proem.

Requeiro, sejam especificados os objetos e respectivas obras nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, bem como a modalidade licitatória adotada.

Justifica-se tal solicitação de informações para que esta Casa Legislativa conheça a situação da execução das referidas obras, bem como o andamento do Proem na região em tela.

Neste termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de leis.

(a) Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

Projetos de Lei:

PROJETO E LEI Nº 394/00
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o governo do Estado do Paraná a instituir, no âmbito de atuação da Casa Militar, o Fundo Estadual de Defesa civil -Fundec, de natureza contábil, com prazo de duração indeterminado, destinar a captar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro, assistenciais e

recuperativas às populações atingidas por desastres naturais ou provocadas por ação humana.

§ 1º - As ações preventivas, a que se refere o *caput* deste artigo, compreendem:

- I - a elaboração de projetos e de divulgação;
- II - a capacitação de recursos humanos, na área de defesa civil;
- III - o incentivo a trabalhos técnicos na área;
- IV - a redução de vulnerabilidade das áreas de risco;
- V - a aquisição e manutenção de materiais, equipamentos e veículos, destinados a ações de defesa civil no Estado.

§ 2º - As ações de socorro, assistenciais e recuperativas, compreendem as despesas de custeio operacional e de apoio financeiro às Coordenações Regionais de Defesa Civil - Coredec e às Comissões Municipais da Defesa Civil - Comdec, respaldando providências básicas para atendimento durante e após a fase de impacto.

Art. 2º - O Fundec será provido pelos recursos oriundos da arrecadação mensal das multas ambientais do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, no montante de até 2% (dois por cento) e, ainda, pelos seguintes recursos decorrentes de:

- I - dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Estado e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
 - II - transferência de recursos repassados pelo Estado e União;
 - III - auxílios, contribuições, doações e legados que lhe sejam destinados;
 - IV - contribuições, auxílios e subvenções decorrentes de convênios ou acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais;
 - V - receitas provenientes da alienação de equipamento ou material inservível;
 - VI - saldos apurados no exercício anterior;
 - VII - outros recursos eventuais.
- Parágrafo único - Os recursos do Fundec serão movimentados em conta específica de Banco Oficial.

Art. 3º - O Fundo Estadual de Defesa Civil será administrado por uma Junta Deliberativa com a seguinte composição:

- I - o Coordenador Estadual de Defesa Civil, na qualidade de presidente;
- II - o Comandante do Corpo de Bombeiros;
- III - o diretor-presidente do Instituto Ambiental do Paraná;
- IV - um representante da Casa Civil;
- V - um representante da Secretaria de Estado da Fazenda; e,
- VI - um representante indicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

Art. 4º - Da aplicação dos recursos do Fundec será realizada prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado, nos prazos e na forma da legislação vigente.

Art. 5º - Constituem requisitos essenciais para a liberação de recursos destinados às ações preventivas, a apresentação dos projetos e planos de aplicação, com as respectivas justificativas, apresentadas pela Comissão Municipal de Defesa Civil.

Art. 6º - Despesas de custeio operacional poderão ser autorizadas ao coordenador estadual de Defesa Civil, em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública, até o valor de 1500 (mil e quinhentas) vezes o piso nacional do salário mínimo vigente no País, *ad referendum* da Junta Deliberativa, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 7º - A liberação de recursos destinados às ações de socorro, assistenciais e recuperativas fica condicionada à decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública pelo município e homologada pelo governo do Estado, nos termos da legislação pertinente.

Art. 8º - Compete à Junta Deliberativa do Fundo Estadual de Defesa Civil:

- I - a deliberação sobre as aplicações de recursos;
- II - a aprovação de normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos, de modo a fixar as prioridades para a sua utilização;
- III - o encaminhamento à aprovação do governador do Estado da proposta do orçamento anual;
- IV - a elaboração do seu Regimento Interno;
- V - a definição dos critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas;
- VI - a análise e aprovação prévia das contas para posterior encaminhamento à apreciação do Tribunal de Contas;
- VII - a promoção do desenvolvimento do Fundec e o exercício das ações para alcance de seus objetivos.

Art. 9º - Compete ao presidente da Junta Deliberativa:

- I - presidir as reuniões;
- II - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
- III - definir a pauta de reuniões;
- IV - administrar os recursos financeiros, apresentando à Junta Deliberativa a proposta orçamentária anual e plano de aplicação;
- V - prestar contas da gestão financeira;
- VI - preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação de pagamentos a serem efetuados;

VII - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela Junta Deliberativa;

VIII - exercer outras atribuições necessárias à supervisão e fiscalização do Fundec.

Art. 10 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 - A presente lei será regulamentada pelo chefe do Poder Executivo Estadual, no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente projeto de lei a finalidade de autorizar o governo do Estado do Paraná a criar o Fundo Estadual de Defesa Civil - Fundec, com a finalidade de constituir uma estrutura eficiente, capaz de dar atendimento às ações preventivas de socorro e assistências às comunidades atingidas por sinistros diversos, bem como de mover ações recuperativas dos danos causados por esses sinistros.

A Defesa Civil, preconizada no artigo 51 da Constituição Estadual vigente e devidamente regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.343, de 29 de setembro de 1999, vincula-se ao gabinete do governador do Estado e com a coordenadoria exercida pela Casa Militar.

Todo o suporte administrativo e financeiro da coordenadoria estadual de Defesa Civil é fornecido pela Casa Militar, que se tem mostrado insuficiente para a cobertura das despesas, principalmente daquelas necessárias ao atendimento das populações afetadas por sinistros causados por fenômenos diversos.

Durante as várias fases de atuação, a Defesa Civil necessita remover populações de áreas sujeitas a riscos, instalá-las em abrigos provisórios e prover sua alimentação, além de providenciar reparos emergenciais nas residências danificadas, permitindo o regresso das despesas e a retomada das atividades normais. Além disso, a Defesa Civil é chamada para o ressarcimento das despesas com a reconstrução das estradas vicinais, pontes, bueiros e prédios públicos municipais destruídos pelas chuvas, enchentes, vendavais, granizo, entre outros.

É notório que os municípios do Estado, na sua grande maioria, passam por dificuldades financeiras que os impossibilitam a atender as mais prementes necessidades da população, o que os leva a pedir o atendimento supletivo do Estado, por intermédio da Defesa Civil.

Na sua função coordenadora, a Defesa Civil recorre aos órgãos do Estado para a satisfação das necessidades advindas dos eventos calamitosos, mas nem sempre com sucesso. Não raro, as dificuldades financeiras têm sido o empecilho maior para o atendimento.

A situação é angustiante, pois o desastre tem a característica marcante de atingir com mais intensidade as populações carentes, as quais necessitam de ajuda para superar as dificuldades.

As proporções desses eventos, medidas pelo número de vítimas pessoais e de prejuízos materiais aumentam a cada ano. A opinião pública reclama da incapacidade governamental para promover ações preventivas de assistência e de socorro, de forma rápida e eficaz.

A probabilidade de ocorrência dos desastres e calamidades cresce em proporção direta com o rápido e desordenado adensamento populacional, realizado em condições de inadequado uso do solo e de outro recursos naturais, degradando o meio ambiente e intensificando o risco, além do aumento do buraco na camada de ozônio na atmosfera, o que é fator preponderante na multiplicação desses fenômenos meteorológicos.

Contribuem também para o aumento de risco de desastre a complexidade da vida econômica, aí incluída a industrialização, os sistemas de transportes, o trato com materiais sensíveis.

Os meios de comunicação mostram repetidamente os sinistros meteorológicos ocorrendo em diversas partes do mundo, com grande comoção para a população mundial. Tais fatos passam a ser corriqueiros também em nosso País, notadamente no Paraná. Só na região Noroeste ocorreram sinistros diversos, como em Astorga, Paigandu, Marialva, Santa Cruz do Monte Castelo e Doutor Camargo, entre outros.

É inevitável que os recursos financeiros são insuficientes e o advento do fundo Estadual de Defesa Civil é uma necessidade, cuja inexistência vem causando ao governo do Estado um crescente desgaste junto às populações atingidas.

O Fundec terá como objetivo captar, controlar e aplicar recursos financeiro, de modo a garantir a execução das ações preventivas, com elaboração de projetos educativos e de divulgação, capacitação de recursos humanos, incentivo a trabalhos técnicos, redução da vulnerabilidade de áreas de risco, aquisição de materiais, equipamentos e veículos, assim como a execução das ações assistenciais, de socorro e recuperativas, na cobertura de despesas de custeio operacional ou repasse de recursos aos municípios, pela formulação de termos de convênios.

PROJETO DE LEI Nº 395/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo, com sede no município de Turvo e foro no município de Guarapuava.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo, tem por objetivo promover medidas de âmbito municipal que visem assegurar o ajustamento e o bem estar dos excepcionais, coordenar e executar na sua área de jurisdição os objetivos, programas, e a política da Federação das APAEs do Estado do Paraná e da Federação Nacional das APAEs.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a provação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 396/2000

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/PR, uma Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Marilândia do Sul, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei, que ora proponho, tem por objetivo principal, atender as reivindicações dos moradores dos municípios de Marilândia do Sul, Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom, hoje com uma população de 25.000 habitantes e com uma frota de 5.200 veículos respectivamente, que solicitam a criação de uma Ciretran no município de Marilândia do Sul.

A criação da Ciretran no município de Marilândia do Sul, ajudará sobremaneira a população dos respectivos municípios que hoje precisam deslocar-se até o município de Apucarana, para solucionar problemas de regulamentação de documentação de seus veículos.

Saliento que, os municípios de Califórnia, Mauá da Serra e Rio Bom, já pertencem à comarca de Marilândia do Sul, por este motivo, a criação da Ciretran no município de Marilândia do Sul, trará mais comodidade à população dos respectivos municípios, que passarão a contar com mais um serviço público.

Face ao exposto, considerando os benefícios que a criação da Ciretran trará aos municípios em epígrafe, solicito aos demais Pares desta Casa de Leis, o apoio para aprovação do projeto em epígrafe.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, nobres companheiros parlamentares.

Estamos ocupando a tribuna, hoje, para trazer à discussão nesta Casa um assunto de maior importância, porque a nossa alienação ou descaso com relação ao assunto poderá transformar o nosso Estado, desculpe usar essa expressão, em pé de guerra. Por um lado estamos vendo a reivindicação justa de alguns trabalhadores rurais na conquista do seu espaço de terra para que possam usar as áreas improdutivas e terem os seus à terra. Até aí, nada, absolutamente nada contra. Acho que é uma necessidade. E gostaria de, neste momento, ao abordar a questão, pedir à Oposição, àqueles que fazem a Oposição, à Lideranças e aos nossos companheiros parlamentares a questão com maior profundidade, numa discussão mais ampla, porque o assunto é da maior e da extrema preocupação: as invasões que estão ocorrendo no nosso Estado. A quem interessa essa situação? Ontem ocorreu mais uma morte. Foi um sem-terra. Mas, nem por isso vim aqui defender, neste momento os sem-terra que foram afastados da Fazenda Prata, no município de Querência do Norte. Não tenho mando o político de Querência, não é meu setor, mas estou olhando a situação como um todo, como um parlamentar, como um homem público que se preocupa com essa situação que está tomando contornos de guerra, de um confronto armado.

A Fazenda Prata, que foi desocupada na última sexta-feira, já era tida, já havia sido dada a reintegração de posse e a Secretaria de Segurança nada mais fez do que cumprir as ordens. Mas, tão logo eles foram afastados, os invasores foram retirados, os proprietários da fazenda começaram a arrumar tratores, emprestar tratores da vizinhança para rearrumar a situação de calamidade, de caos deixada por aqueles que invadiram a terra.

E aqui quero trazer a abordagem e o perfil do que ocorre, porque tem muita gente - gostaria até de pedir à imprensa aqui presente, aos parlamentares, aos homens que detêm a possibilidade de mudanças para que haja uma maior sensibilidade sobre a questão, porque dá-se a impressão, por exemplo, que o nosso governador está mandando matar sem-terra. Ontem houve a morte de um sem-terra, e dá a impressão que foi nosso governador foi quem mandou. Nós sabemos que não é nada disso, foi uma reintegração dada pela Justiça. E o problema da adequação da Reforma Agrária, não é um problema estadual, é um problema que deveria já estar solucionado no governo federal. E nós acabamos sofrendo as seqüelas, os resultados, de uma situação que se tornará e quero deixar aqui bem claro, não sou um pregador apocalíptico mas, o contorno, a situação que vai se gerar a partir de agora será um confronto armado entre os proprietários de terras e aqueles que são os que compõem o Movimento dos Sem-Terra.

Tão logo foi desocupada, há algumas semanas atrás, a Fazenda Prado, que conquistou a fazenda de forma honesta, e que era uma fazenda produtiva, saliente-

se isso, mas que ao ser invadida teve suas propriedades queimadas, destruídas. Acabaram, praticamente, com o patrimônio móvel da fazenda, ele teve que emprestar, depois que foi lhe dada a reintegração, tratores da vizinhança. E tão logo eles começaram a trabalhar, novamente, depois que a polícia foi, de forma ordeira, para evitar exatamente o confronto armado, o grupo de MST se afastou e tão logo a polícia deu a reintegração, e imaginando que estava tudo resolvido, o grupo, na noite seguinte voltou a invadir. Mas, vejam só os requintes de violência e de vingança: eles foram na fazenda que emprestou os equipamentos, atearam fogo na propriedade, nos móveis, nos imóveis, no trator emprestado e ainda espancaram, bateram, fizeram o que quiseram fazer.

Quero perguntar, nesta hora, àqueles que defendem os donos das propriedades produtivas, os trabalhadores rurais, até quando vamos ver esta situação? Parece não haver interesse de parte nenhuma que as providências sejam tomadas. Estamos vendo, aí, uma situação calamitosa. Estou usando a tribuna para que amanhã ou depois ninguém diga que nós fomos omissos. Estou aqui pedindo a interferência dos nobres parlamentares, formar-se uma comissão efetiva ou temporária, mas que se tomem providências para analisar esta situação, senhor presidente. E pedir, neste momento, que os nossos companheiros tomem ciência da sua ação, para que nós, amanhã ou depois não venhamos a fazer discursos demagógicos, quando conflito estiver numa situação incontornável.

O proprietário atual está numa situação terrível. Se os senhores pudessem ver as fotos, traremos as fotos para que a imprensa e todos os parlamentares vejam a gravidade da situação: fazendas queimadas. Olhem, meus amigos, nós sabemos que existem e quero deixar bem claro aos senhores presentes que existem pessoas bem intencionadas. Mas, estão usando estas pessoas bem intencionadas como “laranjas”, de frente, para atacar a polícia. E este confronto acaba tomando contornos políticos para prejudicar a imagem do senhor governador do Estado.

Gostaria de dizer que nós precisamos tomar providências. E peço, nesta hora, à Bancada da Oposição, olhando sob o aspecto de que não estamos olhando a questão política, agora, mas, sim, uma questão social profunda, uma questão em que nós sofreremos os desgastes e veremos nossos irmãos, paranaenses, morrendo, num confronto desnecessário, porque infelizmente está infiltrado neste grupo, do movimento chamado sem-terra, que tem muita gente boa, mas tem bandidos ali dentro, querendo trazer o caos, a guerra, gente infiltrada para que sejam protegidos sob o guarda-chuva da imunidade e usam o instrumento de mudança social para fazer suas bandalheiras, seus roubos, e trazer o caos à nossa sociedade. Isto está trazendo a desvalorização das nossas terras, dos nossos trabalhadores, dos proprietários, daqueles homens que trazem a produtividade ao nosso Estado e acabam

ficando desestimulados, porque ninguém sabe em que momento a fazenda deles será ocupada. E aí acabam vendendo as terras a preços absurdamente baixos, porque

não há mais uma situação estável, uma situação que se possa sustentar.

Concedo aparte ao deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Quero me somar ao seu pronunciamento porque, efetivamente, não podemos ter o desmando que estamos tendo como neste caso da Fazenda Água da Prata, acontecendo no Estado do Paraná.

Não é nem mais uma questão de reforma agrária, como bem disse Vossa Excelência, uma vez que a reintegração de posse foi determinada pela Justiça; é um problema legal. Então, a partir do momento em que estes movimentos não respeitam a lei, não respeitam a propriedade e não respeitam principalmente os outros proprietários vizinhos que foram solidários, só podemos nos revoltar com este tipo de ação e dar toda a solidariedade a Vossa Excelência no momento.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

É verdade, companheiro.

E quero aqui pedir aos nobres companheiros da Bancada da Oposição para que olhem a questão com isenção política porque agora é uma questão de polícia, de violência, de destruir o patrimônio do Paraná. E, fico um pouco preocupado e tenho que fazer esta colocação aqui para que amanhã aqueles que me colocaram no Parlamento não venham dizer que fui omissos.

Quero dizer que se vierem me cobrar a respeito dos pobres da minha Igreja, se estão ou não no meio dos invasores, afirmo que não quero receber nenhum voto sequer que, mesmos sendo meus eleitores, estejam ao lado daqueles que estão trazendo esta bandalheira, esta situação que vai trazer contornos insustentáveis dentro de pouco tempo.

Até quero informar que os verdadeiros cristãos não incentivam este tipo de confronto armado porque estas pessoas que estão ali dentro deste grupo do Movimento Sem-Terra, na verdade usam estes inocentes para poder jogá-los contra a polícia. E, a polícia não tendo outra coisa a fazer, porque eles vêm com armas, paus, pedras, acaba tendo que tomar providências para que a imagem da polícia e do nosso governador não fiquem desgastadas.

Não posso admitir isso! Não vou ficar calado em momento nenhum! E venha de onde vier, vou lutar frontalmente contra, para que esta situação acabe de vez dentro do nosso Estado.

Concedo aparte ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ouçõ com atenção seu pronunciamento, e, através de uma Comissão formada nesta Casa, em companhia de outros 5 deputados, estivemos na região Noroeste do Estado acompanhando a desocupação feita pela Polícia Militar do Estado do Paraná em propriedades produtivas naquela região.

E, lembro-me como hoje, as visitas que fizemos às propriedades, os proprietários que foram reintegrados às suas propriedades, mostrando tudo que aconteceu em cada uma delas.

Produção, que é bom, no período em que estes membros que podem ser bons mas são conduzidos por maus elementos, estiveram na posse das propriedades, não produziram nada. Pelo contrário, mataram animais, venderam a carne nas cidades próximas, sumiram todas as madeiras, tábuas e cercas das propriedades, arames das divisas, enfim, um caos.

E, nesta visita que fizemos e está aqui o deputado Edno Guimarães que esteve junto, que é testemunha, quero lhe dizer que esta Fazenda Água da Prata, havia sido reocupada. Já tinha sido feita a reintegração de posse e eles invadiram novamente. E, era temida pela polícia daquela região porque os principais líderes do movimento estavam acampados na sede da fazenda. A polícia dizia que não dava para passar nem próximo porque eles estavam muito bem armados e se a polícia tentasse chegar, se aproximar, daria uma guerra porque o movimento estava com armas de grosso calibre.

Então, vimos pessoalmente tudo isso: foi desocupada a propriedade pela Polícia Militar, e estivemos lá há mais de um ano...

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

E foi reinvasada...

O Sr. Plauto Miró Guimarães

... e neste momento que tentaram invadir, pelo que traz a imprensa estadual, vimos que acabou tendo um conflito entre o Movimento Sem-Terra e entre proprietários, entre funcionários da propriedade, que lá estavam.

Não dá para aceitar. Eles querem, sim, é a baderna. Não querem uma Reforma Agrária séria. Querem cobrar pedágio daqueles que estão assentados e os recursos públicos mandados e enviados, por Brasília, cobram uma taxa, um pedágio e outras coisa mais. Está claro que os líderes desse movimento não querem a solução da Reforma Agrária

Somos contra, nobre deputado, contra a violência. Não defendemos isso. Defendemos a reforma agrária séria, sem líderes badernistas, da forma como existe hoje no Brasil afora, comandando esses pobres coitados, que fazem parte e engrossam o Movimento Sem-Terra.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Quero agradecer os apartes dos deputados Marcos Isfer e Plauto Miró. Mas me preocupa e, agora, já não é

mais uma questão política, é uma questão da nossa terra, minha gente! Amanhã ou depois, nessa alternância de poderes, sabemos que a oposição poderá ocupar...

Permite-me usar o horário do PST.

Gostaria que a questão fosse nessa hora - peço pelo amor de Deus à nossa imprensa, aos intelectuais, àqueles que querem as mudanças, os socialistas, os liberais, enfim, toda a classe política, analisando essa questão.

Minha gente, soube há pouco tempo que uma indústria vinda da Alemanha, que estaria estabelecendo indústrias naquela região - indústrias agro - investimentos de milhões, não querem mais instalar as suas indústrias ali, porque estão percebendo a instabilidade com que estamos sobrevivendo.

Eu mesmo pensei, porque sou filho de lavradores, em voltar à região, fazer investimentos na área, para gerar empregos. Mas como eu posso, quando a gente vive um clima de instabilidade ao ponto de ver essa situação?

O que mais me deixa preocupado é a omissão. Acho que nossos companheiros, aqui, temos instrumentos poderosos, presidente, que é esse Parlamento, para tomarmos as providências devidas. E a situação persiste - parece que há espécie de torpor, uma injeção de desânimo e de marasmo, onde parece que todo mundo acha que está tudo tranquilo, quando vemos aí os conflitos, na situação em que se encontram. Amanhã ou depois, não venham dizer: - Eu não compus a bancada ruralista e nem a bancada dos produtores. Mas a partir de agora passo a ser uma pessoa que vai levantar a bandeira daqueles que querem produzir na terra, para não entregarmos esse Estado nas mãos de baderneiros.

Concedo um aparte ao deputado Caíto Quintana

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Takayama, tenho respeito por suas posições, mas acredito que Vossa Excelência, na tarde de hoje, se deixa levar, em parte, pelos acontecimentos de Querência do Norte, recentes - pela emoção, com determinadas afirmativas, que longe estão de ser o perfil de entendimento social de Vossa Excelência.

Não defendo o confronto na terra, a briga e nem a invasão. Deputado, Querência do Norte - se Vossa Excelência foi conversar com as autoridades de Querência do Norte, vai perceber uma coisa: de uma outra forma, sem esse confronto que houve, mas a produtividade de Querência do Norte passou a existir, a partir do momento, de que dois ou três assentamentos, hoje, já legalizados, começaram a produzir em pequena propriedade. Isso é voz corrente na administração pública, nas pessoas que lá residem, no comércio que lá se estabeleceu e na quantidade de pequenos proprietários, que passaram a produzir em terras profundamente desocupadas e sem atividade nenhuma. Terras, inclusive, de pessoas devedoras há décadas, ao próprio Estado do Paraná - essas que não pagaram nem os seus tributos ao Estado do Paraná. Têm áreas enormes naquela região, improdutivas, e essas áreas acabaram sendo ocupadas no passado -

não sei se é o caso do presente. Mas esse problema social, seguramente, não vai se resolver com essa defesa intransigente, de que o proprietário da terra é a pessoa correta e o problema social que existe no Brasil seja o problema do bandido, Vossa Excelência há de convir, deputado Takayama, se nós tivermos que agir, neste momento, a melhor ação, nesse instante, para começar a investigar o porquê as coisas aconteceram é botar na cadeia as pessoas que deram um tiro de 12 na nuca de um cidadão a 10 metros de distância, e mataram um trabalhador sem-terra. Não importa se esse trabalhador sem-terra estava certo ou estava errado na invasão, a ninguém é dado o direito e Vossa Excelência é um pastor evangélico, de dar um tiro a 10 metros de distância na nuca de um cidadão, matar um trabalhador rural como se mata um cachorro, como se mata um bicho.

Portanto, se nós tivermos que discutir problema de reforma agrária vamos fazer uma coisa com cautela, porque a própria Assembléia legislativa aprovou uma Constituição que num dos seus artigos determina que se faça uma comissão aqui do Parlamento para avaliar, inclusive, a legalidade dos títulos de posse de muitas fazendas que existem no Paraná, e que foram fruto de grilagem.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Com certeza, companheiro Caíto Quintana, Vossa Excelência sabe da minha admiração pela sua pessoa, pela sua ponderação, pelo seu equilíbrio. Sou amplamente favorável e por isso mesmo estou trazendo aqui esta discussão. Sei que existe gente ruim de todos os lados, mas é nosso trabalho, já nem digo papel porque papel é para artista, é nossa função, é nosso trabalho não de ficar aqui fazendo cenas demagógicas de tribuna, mas partir para uma ação efetiva à resolução desta situação.

Formarmos uma comissão de Situação e Oposição, aqui nesta Casa, porque vai continuar morrendo gente. É claro que para a Oposição interessa que se matem sem-terra, mas quantas pessoas estão ali, por trás dessa situação, companheiro Caíto, querendo jogar, empurrar o pobre inocente na frente de guerra, porque a polícia mata, para que fique a polícia em má situação, o governo atual em situação ruim? E Vossa Excelência sabe que nosso governador muitas vezes é até acusado de ser demorado nas suas soluções porque ele não quer que se cometa injustiças. E aí fica a questão - por que o governo federal não acelera este processo? Quem sabe esse nosso Parlamento também poderia agilizar um comissão, fazer aqui uma carta para que se acelere o processos de reforma agrária.

Acho que esta discussão tem que ser amplificada, tem que ser trazida à luz para que se possa chegar a uma solução. Nós seremos responsáveis, companheiros deste parlamento se a situação tomar estes contornos que está tomado lá na região de Querência.

Quero dizer aos senhores que eu também não sou, companheiro Caíto, não estou aqui fazendo a defesa dos

incorretos, deve haver excessos, mas há de convir Vossa Excelência que muitas vezes o stress que vive a nossa polícia, quando tem que enfrentar esta situação, inicia-se pelo diálogo, mas há gente mal intencionada por trás, e Vossa Excelência sabe disso, Vossa Excelência é uma pessoa correta, tem a minha admiração e sabe disso, pela sua postura e correção. E nessa sua correção é que faço este apelo para que Vossa Excelência procure seus companheiros, companheiros de todo este parlamento para que possamos levar com mais seriedade esta questão porque a coisa está tomando contornos insustentáveis.

Nós sabemos que tem maus elementos infiltrados neste movimento que acabarão por estragar, prejudicar a legitimidade deste movimento. Sabemos também que existem fazendas improdutivas e sou amplamente favorável que se faça uma análise, o Incra, no papel dele, para ver quais são as improdutias. Mas essa, todo mundo sabe, a Fazenda da Prata não estava na lista das fazendas improdutivas. Também sei que muitas pessoas lá assentadas estão produzindo, não ali mas em outras fazendas que realmente eram improdutivas, mas o que precisamos fazer é análise, criar uma comissão que leve com mais firmeza esta situação, para que a coisa não se agrave como estarão se agravando a partir dessa semana.

Concedo o aparte ao companheiro Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Deputado Hidekazu Takayama, primeiro quero cumprimentar Vossa Excelência por trazer a esse Plenário a discussão do assunto reforma agrária.

Em nome da Oposição, quero dizer a Vossa Excelência que de modo algum nós torcemos pela morte ou pelo cadáver de sem-terra, por aí afora. Vossa Excelência afirmou que a oposição talvez tenha interesse na presença de mortes entre os sem terra para disso tirar proveito eleitoral.

Não temos nenhum interesse que isso aconteça como também não temos interesse que ocorra morte entre os proprietários rurais.

Quero dizer a Vossa Excelência o seguinte: acerca de um ano o governo do Estado do Paraná firmou um acordo com o governo federal, de certa forma estadualizando a questão da reforma agrária. E nesse quase um ano já de estadualização da reforma agrária, nós praticamente não vimos nenhuma ação mais efetiva e mais concreta do governo do Estado para resolver o problema agrário do Estado do Paraná.

É lógico deputado, que nenhum de nós é favorável que os sem-terra estabeleçam o pedágio nos financiamentos como disse o deputado Plauto Guimarães. Mas nenhum de nós também pode ser favorável que os proprietários rurais constituam as suas milícias, a sua polícia particular para com isso muitas vezes praticar atos que é da competência exclusiva da polícia militar, polícia federal, ou seja, da segurança pública deste Estado e deste País. Então, nós temos sim os dois lados, e entre esses dois lados, evidente-

mente está inserido o poder público, que deve cumprir com o seu papel, e não fomos nós, da Oposição, não fomos nós, os deputados estaduais aqui desta Casa, de Situação e Oposição, que obrigamos o governo do Estado a assumir a responsabilidade da reforma agrária, foi o próprio governo que buscou a estadualização das ações da reforma agrária, buscou e nada fez. Não faz as reintegrações de posse determinada pela Justiça! E por isso estimula talvez novas invasões, e por isso estimula adoção de práticas não recomendadas pelos produtores rurais.

Então, tudo isso que está acontecendo, invasão de terra, morte de trabalhadores rurais sem-terra, e não solução do problema da reforma agrária, a culpa é só de um setor público, governo do Estado do Paraná, que chamou para si a responsabilidade de estadualizar as ações da reforma agrária. Fez isso e nada fez para resolver o problema.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Agradeço o aparte do Orlando Pessuti, eu gostaria de ocupar essa tribuna em outras ocasiões, não eu, mas todos os companheiros, para que a gente possa chegar à luz, porque não é uma questão partidária neste instante, é uma questão dos nossos irmãos, Orlando Pessuti, nossa família, são nossos irmãos. E nós sabemos que se por um lado existem falhas, Vossa Excelência sabe, Vossa Excelência já foi governo, sabe que existem enormes dificuldades burocráticas que têm que ser eliminadas, talvez no afã do governo estadual em procurar acelerar uma solução, nós vemos esta situação.

Mas Vossa Excelência sabe que a reforma agrária depende de sanções e de aprovações do governo federal.

O que nós estamos preocupados, companheiros, é o armamento que existe dentro do MST, e eles estão, virou uma indústria da invasão.

Vossa Excelência tem que tomar ciência do quadro do que está ocorrendo de pessoas que invadem terra e depois revendem, tiram a madeira, matam o gado. Na Fazenda Figueira, por exemplo, de 3 mil cabeças estavam apenas 800, vendendo, roubando, matando, destruindo e isso não interessa a nós, isso acaba se tornando numa situação insustentável.

Gostaria de pedir porque esse problema não é só do governo do PFL, do Jaime Lerner, é problema do PT lá no Rio Grande do Sul, é problema do governo de Santa Catarina, do PSDB em São Paulo e outros Estados.

Precisamos tomar consciência de que não adianta, já que aqui é o governo do PFL é quem está no poder, o partido do PT trabalha contra o governo em favor dos sem-terra. Lá no Rio Grande do Sul é o PFL que é Oposição ao governo então vai trabalhar em favor do MST. Acho que é uma hora de nós colocarmos a questão com a questão de futuro e de herança que nós vamos deixar para os nossos filhos. Ou nós colocamos um basta ajudando a solucionar o problema, ou então teremos dificuldades enormes, e esse é o quadro, o perfil do que

está acontecendo numa palavra - se nós não tomarmos uma solução agora, nós veremos uma situação caótica dentro de pouco tempo, essa será a herança que vamos deixar para as nossas gerações futuras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Liderança da Oposição, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente e senhores deputados, subo à tribuna, na tarde de hoje, para fazer um apelo ao Líder do Governo, deputado Valdir Rossoni no sentido de que possamos aprovar hoje aqueles requerimentos que tiveram a sua discussão adiada na sessão, a pedido do nobre Líder Valdir Rossoni.

Faço isso porque entendo e, tenho certeza, que esse também é o entendimento dos parlamentares desta Casa, que o papel principal do Poder Legislativo, seja ele municipal, estadual ou federal, é de fiscalizar a execução da peça orçamentária, é de fiscalizar os atos do governo e é evidentemente o de fiscalizar todas as ações ligadas ao governo do Estado, suas empresas diretas e indiretas, suas fundações, instituições e autarquias.

É necessário que cada vez mais esse Poder possa buscar, seja através da Comissão Parlamentar de Inquérito, das Comissões Especiais de Investigação, dos Pedidos de Informações formulados por parlamentares ou por Bancadas, seja através de pronunciamentos como esse do deputado Hidekazu Takayama, que nós possamos exercer na plenitude o nosso papel.

Afirmo a Vossas Excelências que ao longo desses três anos que estou envolvido com a União Parlamentar Brasileira, União Nacional dos Legislativos Estaduais, primeiro na condição de Diretor Regional Sul, depois como vice-presidente e agora como presidente tenho visto e ouvido todas as Assembléias por onde tenho andado, os reclamos constantes dos parlamentares com relação ao pouco poder que as Assembléias têm, da perda de espaço que as Assembléias assistem, da perda de atribuições estabelecidas pelas Constituição Federal, que nos espremeu entre as ações da Câmara Federal e da Câmara Legislativa Municipal.

Então nós estamos todos os dias ouvindo isso e temos sempre proclamado, que o Legislativo tem que buscar resgatar o seu espaço, resgatar as suas atividades e as funções. E todas essas fórmulas que nós adotamos, seja na CPI, na Comissão Especial, nas Comissões Técnicas Permanentes ou temporárias, seja através de ofícios, requerimentos, dos pedidos de informações, em cada uma delas nós estamos, evidentemente, exercendo o mister maior de um parlamentar, que é de fiscalizar os atos da gestão pública do Estado.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Pessuti, Vossa Excelência faz um apelo da tribuna, para que nós aproveemos os requerimentos que Vossa Excelência têm hoje, para serem votados.

Gostaria se Vossa Excelência permitisse de prestar algumas informações que acho que está havendo uma descoordenação nos requerimentos, principalmente apresentados por Vossa Excelência e pelo deputado José Maria.

Por exemplo: o requerimento referente ao Banestado que foi adiado no dia de ontem, já foi aprovado um requerimento de igual teor, e os documentos encontram-se em poder da 1ª Secretaria da Assembléia. Então, aprovar um requerimento hoje, é chover no molhado.

O segundo requerimento que Vossa Excelência tem, quanto ao pedido de informações da Copel, encontra-se em minhas mãos para fornecer ao deputado José Maria, mas é do mesmo teor o requerimento que Vossa Excelência está apresentando. Não sei se devemos aprovar ou não, porque já foi aprovado o mesmo requerimento.

Passo também a informar a Vossa Excelência que o requerimento se refere à Secretaria da Fazenda, questão Banestado, já foi aprovado e as informações serão encaminhadas oficialmente para a Comissão Executiva, assim como todos os requerimentos, deputado Pessuti é isso que estranho, todos os que estão para serem votados hoje, já foram aprovados há aproximadamente 15 dias atrás.

Da mesma forma, o que requer envio de pedido de informações ao secretário da Fazenda, conforme especifica que fala sobre a privatização do Banco, e o que requer pedido de informações ao presidente do Tribunal de Contas do Estado que também se refere à questão do Banestado, comparando com o que aconteceu com o Banespa, de igual teor.

Também o de pedido de informações ao secretário da Fazenda, sobre o valor pago ao leiloeiro do Banestado.

Gostaria de aproveitar o apelo que Vossa Excelência está fazendo da tribuna para aprovar os requerimentos, devolvo o apelo, pedindo que retire porque já foram aprovados e as informações serão prestadas no seu devido tempo.

Quanto ao restante do seu pronunciamento eu quero dizer que concordo com Vossa Excelência.

Com relação ao pedido de aprovação dos requerimentos, não vejo necessidade porque já foram aprovados.

Acredito que esses pedidos devem ter sido encaminhados ao deputado José Maria há 15 dias atrás e encaminharam para Vossa Excelência, porque são de igual teor.

Vou pedir ao governo que informe o quanto antes possível para Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Tem razão Vossa Excelência na argumentação que faz e era intenção nossa com relação a esses requerimentos citados por Vossa Excelência, pedir que fossem a nós

devolvidos porque constatamos na tarde de ontem, que já haviam sido aprovados embora as informações ainda não foram a nós prestadas.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Pessuti, Vossa Excelência tem conhecimento de causa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Por esta razão de ter conhecimento de causa e tendo constatado no final da tarde de ontem que já tinham sido objeto de deliberação quando apresentado pelo deputado José Maria Ferreira, nós hoje iríamos retirar, mas Vossa Excelência não falou de todos, porque existem outros que apresentamos e estão pendentes, como o que se refere ao Confaz, e ao que se refere ao acerto de contas que fez a Copel com a ADM os quais apelamos para...

O Sr. Valdir Rossoni

O acerto feito pela ADM já prestei informações ao deputado José Maria.

O Sr. Orlando Pessuti

Não em requerimento aprovado.

O Sr. Valdir Rossoni

Não. Com requerimento num acordo com a Liderança do Governo, num acordo entre o deputado José Maria e o Líder do Governo, no qual disse que se ele retirasse o pedido de informações, prestaria as informações antes do prazo regimental. E o deputado José Maria teve essa compreensão e nós prestamos essas informações. Mas se Vossa Excelência quiser aprovar novamente o requerimento tem todo nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência gostaria de fazer uma sugestão a Vossas Excelências, que, com o apoio da presidência, num reunião em conjunto, pudéssemos ver os requerimentos que já foram aprovados, os que já foram respondidos e os que estão em andamento para que não ficássemos aprovando coisas aprovadas e respondendo coisas já respondidas.

O SR. ORLANDO PESSUTI

O deputado Valdir Rossoni tem razão em parte. Porque alguns requerimentos realmente foram já aprovados na iniciativa do deputado José Maria. Mas existem outros requerimentos que estão aí para serem votados.

O Sr. Valdir Rossoni

Não existe, deputado Pessuti. Quero discordar de Vossa Excelência. Estão ali e tenho aqui checados os requerimentos.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Reafirmo: o que o deputado Valdir Rossoni está dizendo é verdade em parte. Porque existe, sim, requerimentos, para serem deliberados.

E o deputado Valdir Rossoni agora quer dizer que todos os requerimentos já foram aprovados. A verdade é pelo meio, deputado.

Quero dizer ainda mais: que nós precisamos realmente dessas informações, seja através dos requerimentos que já foram aprovados e que vamos pedir que não se discuta hoje. Ou dos outros requerimentos que estão aí, para que a gente possa fazer o juízo necessário sobre tudo aquilo que está acontecendo. E, de repente, até, senhor presidente, não ser necessário que tenhamos que ficar aqui debatendo, insistindo e brigando para que tenha uma CPI ou não tenha uma CPI. Porque muitas vezes a luta para se constituir uma CPI é porque os Pedidos de Informações que se faz não são atendidos pela Liderança do Governo ou pelo próprio governo. E isso faz com que nós continuemos a nossa luta.

Era isso, muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Aproveitei aqui a agilidade da minha assessoria e já passo as informações sobre o requerimento que mais o deputado Pessuti pediu, que é a questão de acordo entre Copel e ADM, que tenho uma cópia, que já forneci ao deputado José Maria e passo às mãos do Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM O DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/00, de autoria do deputado Moyses Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Departamento de Assistência e de Reintegração Social Evangélico de Londrina - Darsel, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER

FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 023, de 27.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 086/00

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Moyses Leônidas, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Departamento de Assistência e de Reintegração Social Evangélico de Londrina - Darsel, com sede e foro no Município de Londrina-PR.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 08/00, de autoria do deputado Moyses Leônidas, que declara de Utilidade Pública o Ministério Recanto Maranata, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 023, de 27.03.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 088/00

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Moyses Leônidas, o projeto de lei em apreço pretende declarar de Utilidade Pública o Ministério Recanto Maranata, com sede foro no Município de Londrina.

Autuada em 28.03.2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do § 2º do artigo 33 do Regimento Interno.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar, vimos que a propositura com o exigido pela Lei 6994, que rege as Declarações de Utilidade Pública, porém, há que se fazer uma emenda corretiva para que o projeto se adeque a técnica legislativa vigente.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade do Projeto de Lei nº 088/00 na forma da Emenda Corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 14.11.2000

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 088/2000

O artigo 1º do presente projeto de lei passa a vigorar com a seguinte redação:

“Fica declarada de Utilidade Pública o Ministério do Recanto Maranata, com sede e foro no município de Londrina.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 17/00, de autoria do deputado Plauto Guimarães, que denomina de rodovia do Engenho Argus Thá Heyn, a rodovia PR-407 do entroncamento com a BR-277 à Praia de Leste. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 064, de 30.05.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 177/00

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró, denomina de Rodovia Engenheiro Argus Thá Heyn, a Rodovia PR 407, do entroncamento com a BR-277 à Praia de Leste -PR.

Chamada esta comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, e após ter recebido resposta à diligência solicitada junto à Secretaria de Transporte, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 03.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSES LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 177/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do ilustre deputado Plauto Miró Guimarães Filho, onde objetiva denominar Argus Thá Heyn, a Rodovia PR-407 do entroncamento com a BR- 277 à Praia de Leste- PR.

Fundamentação

Esta comissão ao analisar a matéria, observa a importância da mesma, que tendo embasamento constitucional recebeu resposta positiva da diligência solicitada junto à Secretaria de Transportes, objetivando assim,

homenagear antigo funcionário do DER, respeitado nacionalmente como profissional da engenharia rodoviária.

O projeto de lei ora estudado, é imbuído de caráter altamente significativo, pois valoriza um cidadão paranaense que prestou tarefas rodoviárias de avultado galardão.

Conclusão

Embasado no Regimento Interno (Art. 121), desta opinamos Favoravelmente a aprovação do mesmo.

Sala das Comissões, em 08.11.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
MOYSES LEÔNIDAS - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 296/00, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.O.P.T.C. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 121, de 14.09.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 296/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Augustinho Zucchi o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a doar à Câmara municipal de Verê, o imóvel onde funcionava a antiga Agência de Rendas do município, cujo lote nº 03 da quadra nº 57, sito à Rua Princesa Izabel, na cidade de Verê, com área de 797,00 m2 (setecentos e noventa e sete metros quadrados), constituído de um prédio de alvenaria, com área total de 167,00 m2, coberta de telhas, assoalho, tacos, pintura a cal dentro dos seguintes limites e confrontações: Nordeste: com lote nº 04, com 20,00 m; Sudeste: com lote nº 01, com 39,85, Sudoeste: com Rua Princesa Izabel, com 20,00 m, e Noroeste: com lote nº 05 com 39,85 m, referente a matrícula nº 11.951-R 3 e AV. 4, 11.951 do livro nº 02 do 1º Ofício da Comarca de Pato Branco.

Fundamentação

Esta Comissão de Constituição e Justiça chamada a opinar conclui que a mesma se encontra em condições de prosseguir sua normal tramitação por esta Casa de Lei.

Conclusão

Assim, somos de Parecer Favorável ao presente projeto de lei, na forma da emenda anexa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 296/2000

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Câmara municipal de Verê, o imóvel onde funcionava a antiga Agência de Rendas do município, cujo o lote nº 03 da quadra nº 57, sito à Rua Princesa Izabel, na cidade de Verê, com área de 797,00 m2 (setecentos e noventa e sete metros quadrados), constituído de um prédio de alvenaria, com área total de 167,00 m2, coberta de telhas, assoalho, tacos, pintura a cal dentro dos seguintes limites e confrontações: À Nordeste: com lote nº 04, com 20,00 m; Sudeste: com lote nº 01, com 39,85 m, Sudoeste: com Rua Princesa Izabel, com 20,00 m, e Noroeste: com lote nº 05 com 39,85 m, referente a matrícula nº 11.951-R 3 e AV. 4, 11.951 do livro nº 02 do 1º Ofício da Comarca de Pato Branco.

Parágrafo Único - O imóvel será utilizado pela Câmara municipal de Verê, não podendo ter outra destinação, sob pena desta doação tornar-se sem efeito, revertendo o imóvel ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando ainda, gravada a doação com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17.10.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Serafina Carrilho, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, César Seleme.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 296/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do ilustre deputado Augustinho Zucchi, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar o imóvel, onde funcionava a antiga Agência de Rendas, à Câmara municipal de Verê.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a opinar, reconhece a notável boa vontade do município em controlar e aplicar seus recursos, procurando promover melhorias como ampliação de peças, troca de aberturas e pintura em estabelecimento desativado, tornando-o reaproveitável, já que o município não dispõe de recursos para construção de uma nova sede.

Conclusão

Avaliando o caráter meritório em questão, opinamos Favoravelmente.

Sala das Comissões, em 08.11.2000.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 363/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de utilidade pública o Instituto Cultural Arte do Brasil, do município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ.no D.A. nº 147, de 30.10.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 363/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Cultural Arte Brasil, do município de Londrina, no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/2000, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a ASSUREL - Associação dos Supermercadistas da região de Londrina, com sede e foro no município de Cambé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 152, de 06.11.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 369/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública, a ASSUREL - Associação dos Supermercadistas da Região de Londrina, com sede e foro no município de Cambé.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a Mesa, requerimentos nºs 2207, 2209, 2273 e 2274, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, con-

stantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2255, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2256 a 2258, de autoria do senhor deputados Beto Richa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2260 a 2263, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2264 a 2271, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2275 e 2276, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2277, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2278, de autoria do senhor deputados Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Os requerimentos do deputado Orlando Pessuti ficam adiados para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 303/98

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 086, 088, 177, 296, 363 e 369/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 218, 246/2000 e do de Resolução nº 026/2000.

Levanta-se a sessão.